

“Os animais são melhores que nós!”

Ernesto Sabato

1 Pena que, dos demais seres do reino animal, só imitemos o sorriso da hiena, as lágrimas do crocodilo, os amigos da onça, a ferocidade do leão (do IR). Pena que só concebamos bodes expiatórios, vacas de presépio, ovelhas negras, abutres, parasitas, chatos, sanguessugas etc. Lamentável, pois as lições dos bichos são bem diversas.

2 Mantêm suas moradas, andam, voam e nadam libertos na natureza, sem a ficção do Estado constituído. Seus líderes não comandam por medidas provisórias. A convivência, até com os vegetais, não é regrada por textos legislativos. E nem eventuais litígios são dirimidos por tribunais. Movem-se em paz, sem moeda, e sem Executivo, Legislativo e Judiciário e o restante do aparato estatal de segurança (as gazelas perseguidas pelos guepardos que o digam), transporte (a colisão de borboletas no ar ou o excesso de carga das formigas passam ao largo de regulamentos), saúde (não dispõem de rede hospitalar e sequer têm acesso a drogas químicas), previdência (o abate do velho boi de canga é o exemplo clássico da falta de aposentadoria por tempo de serviço), turismo (a circulação de andorinhas de outras freguesias acontece sem vistos de entrada, passaportes, alfândegas). E funciona. E como funciona.

3 Os cães permanecem de guarda 24 horas sem lhes ocorrer exigir a redução da jornada de trabalho. As vaquinhas nas estrebarias jamais exigiram adicional de insalubridade (em contrapartida, já são acusadas – por nós é óbvio – de contribuir com seus gases para o aumento do efeito estufa). Os pássaros canoros não exigem cachês por seus concertos. As cigarras não entram em greve: recolhem-se. O tico-tico cria os filhos do chupim sem conceber a idéia de despejar os intrusos do ninho. O panda, sem cobrar direitos, não se opõe à livre circulação de sua imagem. O macho da viúva-negra, mesmo ciente de que servirá de pasto à aranha depois do amor, não procura analista e nem propõe separação à companheira. As gorilas não se submetem a cirurgia estética ou enxertos de silicone. As aves de rapina não se escondem por temor de ordem de prisão e contra elas não se tem notícia de instauração de CPI. Os herdeiros das cabras sacrificadas não visam à indenização sequer por dano moral. A zebra, desde sempre, contentou-se com o figurino listrado em preto e branco sem pensar em substituir a roupa, conquanto pareça que vai sair definitivamente de moda devido à ameaça de seu desaparecimento (por obra nossa, lógico).

4 Até em cativeiro, o comportamento dos bichos em nada lembra os humanos: está por acontecer o primeiro motim de ratos de laboratório ou de canários-belgas em gaiolas ou de hipopótamos em zoológicos ou ainda de peixes em aquário.

5 São ene as lições. O galo lidera o terreiro mesmo sem campanha, eleição, caixa 2, e nem por isso se faz totalitário. O João-de-Barro constrói a casa com a idéia fixa no encanto da amada e na sorte da prole e, se enganado, não impõe cárcere privado à la Lindbergs (des)humanos. E, ante a dor da perda de filhote por queda do ninho, o universo todo sabe que o infortúnio é obra do acaso sem a menor semelhança com o ímpeto bestial do pai que arremessa a filha pela janela do apartamento.

6 Talvez os exemplos comovam: fiquemos com o sabiá. É claro que nos deve sensibilizar o calvário dos animais sob risco de extinção (alarmantes 38% das espécies do planeta) e dos que são vítimas de maus-tratos (vide cavalos esqueléticos atrelados a carroças, vira-latas arrastados pela cidade, pinguins encharcados de óleo lançado no mar, ursos polares em agonia pelo degelo etc.). Mas nos fixemos nos solfejos do sabiá. É desnecessário compreender o canto: como lembra Rubem Alves, basta amá-lo. Pois, extasiados com sua melodia, quiçá notemos nela a mensagem de que não somos melhores que os outros animais só porque não aprendemos suas melhores lições. As lições dos selvagens...

*JUIZ DE DIREITO
ZH, 3/12/2008, P.17.

1 - Se não houvesse a indicação de que o texto foi escrito por um juiz de direito, ainda assim poderíamos inferir que seu autor tem conhecimento das regras jurídicas, que ordenam nossa sociedade, por todas as passagens abaixo, exceto:

- (A) *Os herdeiros das cabras sacrificadas não visam à indenização sequer por dano moral...*
- (B) *E nem eventuais litígios são dirimidos por tribunais.*
- (C) *As vaquinhas nas estrebarias jamais exigiram adicional de insalubridade...*
- (D) *Os cães permanecem de guarda 24 horas sem lhes ocorrer exigir a redução da jornada de trabalho.*
- (E) *Mas nos fixemos nos solfejos do sabiá. É desnecessário compreender o canto: como lembra Rubem Alves, basta amá-lo.*

2 - Das diversas funções do QUE num contexto, uma das mais usadas para estabelecer relação textual é a de pronome relativo. Todas as passagens **não** exemplificam essa função, exceto:

- (A) *...sem a menor semelhança com o ímpeto bestial do pai **que** arremessa a filha pela janela do apartamento.*
- (B) *O macho da viúva-negra, mesmo ciente de **que** servirá de pasto à aranha depois do amor...*
- (C) *Pois, extasiados com sua melodia, quiçá notemos nela a mensagem de **que** não somos melhores...*
- (D) *É claro **que** nos deve sensibilizar o calvário dos animais sob risco de extinção...*
- (E) *... o universo todo sabe **que** o infortúnio é obra do acaso...*

3 - Considere as proposições que seguem.

- I) Substituir CONCERTOS em - *Os pássaros canoros não exigem cachês por seus concertos.* – por CONCERTOS.
- II) Substituir a forma verbal VISAM em - *Os herdeiros das cabras sacrificadas não visam à indenização sequer por dano moral.* – por ALMEJAM com a consequente exclusão da preposição na contração À.
- III) Colocar o pronome pessoal oblíquo átono em posição enclítica em - *Mas nos fixemos nos solfejos do sabiá.* - fazendo as devidas modificações exigidas pela situação.
- IV) Acrescentar o segmento DO como partícula de realce depois do adjetivo MELHORES em - *...não somos melhores* **que** *os outros animais...*

Quais não provocariam erro ou alteração semântica nas passagens do texto?

- (A) Apenas I, II.
- (B) Apenas I e IV.
- (C) Apenas II e IV.
- (D) Apenas II, III e IV.
- (E) Apenas I, II e IV.

4 - Considere as afirmativas que seguem sobre a pontuação do texto.

- I) Na passagem - *Mantêm suas moradas, andam, voam e nadam libertos na natureza, sem a ficção do Estado constituído.* – substituir as duas primeiras vírgulas por pontos finais e acrescentar mais um ponto final depois da forma verbal VOAM com os devidos ajustes de letras minúsculas em maiúsculas.
- II) Substituir os dois pontos do parágrafo 4 por uma vírgula seguida de PORQUE.
- III) Substituir as vírgulas em - *A convivência, até com os vegetais, não é regrada por textos legislativos.* - por travessões.
- IV) Na passagem - *Lamentável, pois as lições dos bichos são bem diversas.* – deslocar o conector POIS para depois de BICHOS, colocando-o entre vírgulas.

Quais manteriam o texto de acordo com a norma culta?

- (A) Apenas II e III.
- (B) Apenas I e II.
- (C) Apenas III e IV.
- (D) Apenas I, II e III.
- (E) I, II, III e IV.

5 - Uma situação de regência pode ser determinada por um verbo ou por um nome que, transitivos, precisam de um complemento preposicionado que os complete. Assinale a alternativa em que há um termo regente que **não** seja um verbo.

- (A) *Seus líderes não comandam por medidas provisórias*
- (B) *...não dispõem de rede hospitalar...*
- (C) *...e sequer têm acesso a drogas químicas...*
- (D) *As gorilas não se submetem a cirurgia estética...*
- (E) *As cigarras não entram em greve...*

6 - Na passagem - *As vaquinhas nas estrebarias jamais exigiram adicional de insalubridade (em contrapartida, já são acusadas – por nós é óbvio – de contribuir com seus gases para o aumento do efeito estufa).* –, considerando o segmento que está na voz passiva, a reescritura, na voz ativa, que corresponde semanticamente e gramaticalmente à do texto é:

- (A) *As vaquinhas nas estrebarias jamais exigiram adicional de insalubridade (em contrapartida, nós já as temos acusado – nós, é óbvio – de contribuir com seus gases para o aumento do efeito estufa).*
- (B) *As vaquinhas nas estrebarias jamais exigiram adicional de insalubridade (em contrapartida, já podem ser acusadas – por nós é óbvio – de contribuir com seus gases para o aumento do efeito estufa).*
- (C) *As vaquinhas nas estrebarias jamais exigiram adicional de insalubridade (em contrapartida, já as acusamos – nós, é óbvio – de contribuir com seus gases para o aumento do efeito estufa).*
- (D) *As vaquinhas nas estrebarias jamais exigiram adicional de insalubridade (em contrapartida, nós já as podemos acusar – nós, é óbvio – de contribuir com seus gases para o aumento do efeito estufa).*
- (E) *As vaquinhas nas estrebarias jamais exigiram adicional de insalubridade (em contrapartida, já poderiam ser acusadas – por nós é óbvio – de contribuir com seus gases para o aumento do efeito estufa).*

7 - Considere as afirmativas sobre a acentuação gráfica.

- I) O acento na forma verbal em *Mantêm suas moradas...* é decorrente de uma situação de concordância verbal e ocorre também em formas derivadas do verbo VIR.
- II) Palavras como *lógico, esquálido e cárcere*, no texto, são acentuadas por serem proparoxítonas.
- III) Em *amá-lo*, o acento é decorrente de a forma verbal ser oxítona, assim como a forma *parti-lo*, que também deveria ser acentuada.

Quais estão corretas?

- (A) Apenas I e II.
- (B) Apenas II.
- (C) Apenas III.
- (D) Apenas I e III.
- (E) I, II, III.

8 - Considere a seguinte passagem do texto:

O galo lidera o terreiro mesmo sem campanha, eleição, caixa 2, e nem por isso se faz totalitário. O João-de-Barro constrói a casa com a idéia fixa no encanto da amada e na sorte da prole e, se enganado, não impõe cárcere privado à la Lindbergs (des)humanos.

Se as expressões representativas do sujeito (claro ou subentendido) de cada oração fossem colocadas no plural, quantas outras palavras deveriam ser modificadas por causa da concordância ?

- (A) Oito.
- (B) Seis.
- (C) Dez.
- (D) Sete.
- (E) Cinco.

9 - Na passagem - *As gorilas não se submetem a cirurgia estética ou enxertos de silicone.* - a ausência do acento grave indicativo de crase no A está correto, porque:

- (A) CIRURGIA é um substantivo que não permite a anteposição do artigo definido feminino.
- (B) o uso da preposição A não teria amparo gramatical, se considerarmos a regência do verbo SUBMETER-SE.
- (C) a expressão feminina tem a mesma função sintática da expressão masculina que segue, e nenhuma delas está antecedida de artigo.
- (D) o uso do artigo feminino estaria incorreto, porque o verbo SUBMETER-SE exige a preposição A.
- (E) a concordância do verbo SUBMETER-SE exige o uso da preposição A que não pode ser contraída com o artigo A.

10 - Considere os segmentos sublinhados e assinale a alternativa que responde corretamente ao que se pergunta.

- I) Seus líderes não comandam por medidas provisórias.
- II) Os cães permanecem de guarda 24 horas sem lhes ocorrer exigir a redução da jornada de trabalho.
- III) O texto cujo autor desconhecemos mostra-nos que podemos seguir os exemplos dos animais para viver em paz.
- IV) Elogiou-lhe o texto e o gravou para a posteridade.

Quais os segmentos sublinhados que estão na função de possessivos?

- (A) Apenas I, II, III.
- (B) Apenas II, III, IV.
- (C) Apenas III e IV.
- (D) Apenas I, III, IV.
- (E) Apenas I, II e IV.

11 - Assinale a afirmativa incorreta.

- (A) Na passagem - conquanto pareça que vai sair definitivamente de moda (parágrafo 3, final) - o conector sublinhado pode ser substituído por AINDA QUE sem prejuízo à estrutura.
- (B) Na passagem - *Mas nos fixemos nos solfejos do sabiá.* - a conjunção que inicia o período pode ser substituída sem qualquer prejuízo por CONTUDO.
- (C) Na passagem - como lembra Rubem Alves, basta amá-lo (parágrafo 6) – o termo sublinhado pode ser substituído por CONFORME.
- (D) Na passagem - *Os cães permanecem de guarda 24 horas sem lhes ocorrer exigir a redução da jornada de trabalho.* – o segmento sublinhado pode ser substituído sem prejuízo qualquer por *sem que lhes ocorra*.
- (E) Na passagem - *os outros animais só porque não aprendemos suas melhores lições* (parágrafo 6) - o segmento sublinhado poderia ser substituído por POR QUÊ.

12 - Considere, para responder à questão, somente os pronomes que aparecem nas passagens abaixo e seu uso no contexto de cada frase. Em seguida, assinale a alternativa que apresenta correção e adequação gramatical.

- (A) *Não é toda sociedade brasileira que está refletida na classe política.*
- (B) *Uma simplificação cada vez mais encontradiça nestes dias afirma que "os políticos", dos quais ,como se sabe, "nenhum presta", são na verdade um reflexo da sociedade que lhes elegeru.*
- (C) *Um ótimo começo seria, por exemplo, parar de exigir jornadas de trabalho escravagistas das empregadas domésticas, de avançar no sinal vermelho ou de furar filas. Por estas pequenas maracutaias, ninguém tem o direito de pôr a culpa nos "políticos".*
- (D) *As coisas só vão começar a mudar, de fato, quando mais pessoas se convencerem de que o problema do Brasil não é de culpa – que todos a temos – mas de responsabilidade.*
- (E) *Embora o sufrágio universal os dê a ilusão de que participam do jogo político, esta participação se limita a uma escolha abstrata entre opções definidas em um outro mundo, do qual estão por princípio excluídos.*

13 - As alternativas abaixo compõem um texto adaptado de Luís Fernando Veríssimo. Assinale a alternativa que não apresenta qualquer tipo de incorreção gramatical.

- (A) Cada buzina de automóvel, pelo seu tom e volume e pelo jeito como é tocada, diz uma coisa diferente. É só prestar atenção. Não se trata apenas da diferença entre o esganissado “pi-pi” de um Fusca (no tempo em que os Fuscas faziam “pi-pi”) e o arrogante “blaa” de um Scania-Vabis. Há diferenças mais sutis de entonação e ênfase.
- (B) As buzinas também tem sua retórica. Aquela discreta buzina que você dá quando o sinal muda para o verde, e o carro da frente não anda, por exemplo, diz: “Olha, não quero ser chato, mas o sinal já abriu e você certamente por distração, longe de mim sugerir qualquer outra razão, como deficiência mental, ainda não se mexeu.
- (C) “Mas, não é crítica, você não precisa descer do carro para vir me bater. Olha, até já me arrependi de ter buzinado”. Outra buzina, menos discreta e compreensiva, diz: “Vamos lá, vamos lá. O dia, é curto”. Outra, sem qualquer consideração: “Como é,ó, babaca!” Sem falar no caminhão, que simplismente anuncia: “Vou passar por cima de você”.
- (D) Algumas buzinas fazem escandalizadas reprimendas à manobras menos convencionais de outros veículos.” Mas como?! Onde é que nós estamos?” Outras só se manifestam por singela precaução, como alguém limpando a garganta para mostrar que está ali: “Alô, olha eu do seu lado...” Outras são claramente intimidadoras:” Não vou parar e não quero nem saber”.
- (E) Algumas buzinas sabem que não farão qualquer diferença, pois o outro veículo já cortou a sua frente sem qualquer cerimônia, mas se manifestam assim mesmo: “Verme!” Para que fique claro que a ignomínia foi vista e registrada. Para fazer o outro pensar no que acaba de fazer. Para dar remorso.[...]

14 - Em relação ao que se afirma, qual a alternativa incorreta?

- (A) O pronome de tratamento VOSSA SENHORIA, como qualquer outro pronome de tratamento, exige a concordância na terceira pessoa.
- (B) A passagem grifada que segue exemplifica o discurso direto: Pergunta o transeunte: - *O que o senhor está vendendo?*
- (C) Na passagem - *Mantêm suas moradas, andam, voam e nadam libertos na natureza, sem a ficção do Estado constituído.* – o tempo verbal indica uma ação habitual.
- (D) *O pronome VOSSA SENHORIA “combina” com o fecho ATENCIOSAMENTE; o pronome VOSSA EXCELENCIA “combina” com o fecho RESPEITOSAMENTE.*
- (E) Parecer é uma estrutura de texto técnico que pode assumir um tom coloquial, quando objetiva registrar uma reunião entre dirigentes de uma empresa.

RACIOCÍNIO LÓGICO

15 - Dizer que “João não estudou ou Pedro nadou” é do ponto de vista lógico o mesmo que dizer

- (A) Se João estudou, então Pedro nadou.
- (B) Se Pedro nadou, então João estudou.
- (C) Se João não estudou, então Pedro nadou.
- (D) Se João estudou, então Pedro não nadou.
- (E) Se João não estudou, então Pedro não nadou.

16 - José, Airton e Jurandir são amigos e gostam de futebol. Cada um torce por um time diferente. Sabendo-se que

- I – ou José é corintiano, ou Airton é corintiano;
- II – ou José é palmeirense, ou Jurandir é são paulino;
- III – ou Airton é são paulino, ou Jurandir é são paulino;
- IV – ou Jurandir é palmeirense, ou Airton é palmeirense,

José, Airton e Jurandir são, respectivamente,

- (A) são paulino, palmeirense e corintiano.
- (B) corintiano, são paulino e palmeirense.
- (C) palmeirense, são paulino e corintiano.
- (D) são paulino, corintiano e palmeirense.
- (E) corintiano, palmeirense e são paulino.

17 - Se é verão, então vai esquentar. Se vai esquentar, então chove. Se chove, então Manoel não vai à praia. Se Manoel não vai à praia, então Maria fica em casa. Se Maria fica em casa, então a mãe de Maria faz doces. A mãe de Maria não fez doces. Logo:

- (A) choveu.
- (B) Manoel foi à praia.
- (C) Maria ficou em casa.
- (D) esquentou.
- (E) é verão.

18 - Numa escola, os alunos têm a possibilidade de aprenderem até duas línguas estrangeiras, se assim desejarem. Entretanto 160 alunos da escola, de uma totalidade 300, optaram por não estudar qualquer uma das línguas estrangeiras oferecidas. Sabendo que 120 alunos estudam Inglês e 80 alunos estudam espanhol, a quantidade de alunos que estuda ambas línguas é

- (A) 160.
- (B) 140.
- (C) 120.
- (D) 80.
- (E) 60.

19 - Se somarmos a idade de José com o dobro dela mais a sua metade teremos 105 anos. José tem a idade de

- (A) 20 anos.
- (B) 25 anos.
- (C) 30 anos.
- (D) 35 anos.
- (E) 40 anos.

20 - Em uma cidade, 15% dos habitantes tem idade entre 1 a 15 anos; 30% entre 16 e 30 anos; e 40%, entre 31 e 60 anos. Se há 82.664 pessoas com mais de 60 anos, o número total de habitantes da cidade é

- (A) 206.660.
- (B) 275.546.
- (C) 551.093.
- (D) 826.640.
- (E) 1.653.280.

21 - Uma loja, ao fazer uma promoção do tipo “Leve 5, pague 4”, está oferecendo um desconto de

- (A) 5%.
- (B) 10%.
- (C) 15%.
- (D) 20%.
- (E) 25%.

ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

22 - Assinale a alternativa INCORRETA quanto à expressão Administração Pública e a sua relação com a política.

- (A) Em sentido subjetivo, formal ou orgânico, Administração Pública compreende pessoas jurídicas, órgãos e agentes públicos incumbidos de exercer uma das funções em que se triparte a atividade estatal: a função administrativa.
- (B) Em sentido objetivo, material ou funcional, Administração Pública é a própria função administrativa que incumbe, predominantemente, ao Poder Executivo.
- (C) O conceito de Administração Pública em sentido amplo não alcança a função política de Governo, de fixação de planos e diretrizes governamentais, mas apenas a função propriamente administrativa, de execução de atividades administrativas.

- (D) Uma teoria da Administração Pública significa também uma teoria política, pois toda e qualquer teoria sobre a Administração Pública é decorrência de uma teoria de Estado.
- (E) A Administração Pública é a ação do Estado na sociedade, ação caracterizada pela dupla natureza da própria administração do Estado: direção administrativa e domínio político.

23 – O controle externo é aquele efetuado por órgão, ente ou instituição exterior à estrutura da Administração. Nesse sentido, assinale qual dos instrumentos a seguir NÃO corresponde a um mecanismo de controle externo:

- (A) mandado de segurança coletivo.
- (B) recurso hierárquico.
- (C) mandado de injunção.
- (D) ação popular.
- (E) a comissão parlamentar de inquérito.

24 – A respeito das reformas da Administração Pública no Brasil, assinale a alternativa INCORRETA.

- (A) As principais realizações do DASP foram: o ingresso no serviço público por concurso; critérios gerais e uniformes de classificação de cargos; organização dos serviços de pessoal; administração orçamentária; e padronização das compras do Estado. O DASP foi o símbolo da reforma burocrática no governo Vargas.
- (B) O governo Juscelino Kubitschek foi caracterizado, no campo da gestão pública, pela criação dos Grupos Executivos, instrumento pragmático de gestão, mas que funcionava paralelamente à estrutura da Administração Pública.
- (C) Para os defensores da reforma gerencial, a reforma operada em 1967 pelo Decreto-Lei nº200 constitui um retrocesso burocrático.
- (D) No início dos anos 1980, registrou-se uma nova tentativa de reformar a burocracia e orientá-la na direção da administração pública gerencial, com a criação do Ministério da Desburocratização e do Programa Nacional de Desburocratização -PrND, cujos objetivos eram a revitalização e agilização das organizações do Estado, a descentralização da autoridade, a melhoria e simplificação dos processos administrativos e a promoção da eficiência.
- (E) Em 1985, após a transição de um governo militar para um governo civil, foi constituída a Comissão Geral do Plano de Reforma Administrativa que definiu três eixos para a reforma: contenção de gastos públicos, racionalização das estruturas administrativas e formulação de uma política de recursos humanos. Os estudos realizados por essa Comissão influenciaram o processo constituinte, em 1987, e terminaram, parcialmente, sendo transformados em normas constitucionais, em 1988.

25 - O Plano Diretor da Reforma do Aparelho de Estado (PDRAE - 1995) tinha como proposta explícita inaugurar a chamada “Administração Gerencial”. Nesse documento, o modelo conceitual da Reforma do Aparelho de Estado está apoiado em três dimensões: formas de propriedade, tipos de Administração Pública e níveis de atuação do Estado. Segundo o PDRAE, assinale a alternativa INCORRETA.

- (A) No Núcleo Estratégico, a propriedade tem que ser necessariamente estatal.
- (B) Os Serviços Não Exclusivos, corresponde ao setor no qual o Estado atua simultaneamente com outras organizações públicas não estatais e privadas.
- (C) No setor dos Serviços Não Exclusivos a propriedade ideal é a pública não estatal.
- (D) A expressão “publicização” dos Serviços Não Exclusivos do Estado diz respeito à transferência de propriedade privada para a propriedade pública não estatal.
- (E) No setor de Produção de Bens e Serviços para o Mercado, em termos de propriedade, dada a possibilidade de coordenação via mercado, a propriedade privada é a regra.

26 – O modelo de federalismo adotado no Brasil estabelece que é competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios:

- (A) cuidar da saúde e assistência pública, da proteção e garantia das pessoas portadoras de deficiência.
- (B) explorar, diretamente ou mediante autorização, concessão ou permissão os serviços de radiodifusão sonora, e de sons e imagens.
- (C) emitir moeda.
- (D) legislar sobre águas, energia, informática, telecomunicações e radiodifusão.
- (E) explorar, diretamente ou mediante autorização, concessão ou permissão os portos marítimos, fluviais e lacustres.

27 - A Emenda Constitucional nº19, de 1998, também conhecida como emenda da reforma administrativa, efetivou mudanças estruturais necessárias para legitimar a reforma gerencial. Entre essas mudanças, no tocante à Administração de Recursos Humanos para o setor público, é INCORRETO afirmar que:

- (A) a investidura em cargo ou emprego público depende de aprovação prévia em concurso público de provas ou de provas e títulos, de acordo com a natureza e a complexidade do cargo ou emprego, na forma prevista em lei, ressalvadas as nomeações para cargo em comissão declarado em lei de livre nomeação e exoneração
- (B) são estáveis, após três anos de efetivo exercício, os servidores nomeados para cargo de provimento efetivo em virtude de concurso público.
- (C) a União, os Estados e o Distrito Federal manterão escolas de governo para a formação e o aperfeiçoamento dos servidores públicos, constituindo-se a participação nos cursos um dos requisitos para a promoção na carreira, facultada, para isso, a celebração de convênios ou contratos entre os entes federados.
- (D) a fixação dos padrões de vencimento e dos demais componentes do sistema remuneratório dos servidores públicos observará: a natureza, o grau de responsabilidade e a complexidade dos cargos componentes de cada carreira; os requisitos para a investidura; e as peculiaridades dos cargos.
- (E) a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios instituirão, no âmbito de sua competência, regime jurídico único e planos de carreira para os servidores da administração pública direta, das autarquias e das fundações públicas.

28 – A Lei nº 8666, de 1993, estabelece normas gerais sobre licitações e contratos administrativos pertinentes a obras, serviços, inclusive de publicidade, compras, alienações e locações no âmbito dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios. Entre os seus dispositivos, há previsão das chamadas "cláusulas exorbitantes" (prerrogativas que garantem a supremacia do interesse público sobre o particular). A respeito dessas últimas, assinale a alternativa INCORRETA.

- (A) A Administração Pública pode rescindir unilateralmente os contratos, no caso de atraso injustificado no início da obra, serviço ou fornecimento.
- (B) A Administração Pública pode alterar as cláusulas econômico-financeiras unilateralmente.
- (C) A Administração Pública pode fiscalizar a execução dos contratos.
- (D) A Administração Pública pode aplicar sanções motivadas pela inexecução total ou parcial do ajuste.
- (E) A Administração Pública pode ocupar, em caso de serviço essencial, provisoriamente bens móveis, imóveis, pessoal e serviços vinculados ao objeto do contrato, na hipótese da necessidade de acautelar apuração administrativa de faltas contratuais pelo contratado, bem como na hipótese de rescisão do contrato administrativo.

MATEMÁTICA FINANCEIRA

Instruções ao candidato:

A solução das questões poderão ser apoiadas pelo uso das tabelas a seguir onde se encontram resultados de cálculos de fórmulas da Matemática Financeira, em especial referente a juros compostos para pagamento único e para séries de pagamentos iguais. O candidato deverá escolher a alternativa mais próxima do resultado obtido. Quando for necessário converter unidades de tempo, deve-se considerar que um ano tem 12 meses ou 360 dias, e um mês tem 30 dias.

Quantia individual ou pagamento único											
Fator de valor futuro ou de capitalização						Fator de valor presente ou de atualização					
$(1+i)^n$						$\frac{1}{(1+i)^n}$					
n	Taxa de juros no período					n	Taxa de juros no período				
	1,00%	2,00%	3,00%	4,00%	5,00%		1,00%	2,00%	3,00%	4,00%	5,00%
1	1,0100	1,0200	1,0300	1,0400	1,0500	1	0,9901	0,9804	0,9709	0,9615	0,9524
2	1,0201	1,0404	1,0609	1,0816	1,1025	2	0,9803	0,9612	0,9426	0,9246	0,9070
3	1,0303	1,0612	1,0927	1,1249	1,1576	3	0,9706	0,9423	0,9151	0,8890	0,8638
4	1,0406	1,0824	1,1255	1,1699	1,2155	4	0,9610	0,9238	0,8885	0,8548	0,8227
5	1,0510	1,1041	1,1593	1,2167	1,2763	5	0,9515	0,9057	0,8626	0,8219	0,7835
6	1,0615	1,1262	1,1941	1,2653	1,3401	6	0,9420	0,8880	0,8375	0,7903	0,7462
7	1,0721	1,1487	1,2299	1,3159	1,4071	7	0,9327	0,8706	0,8131	0,7599	0,7107
8	1,0829	1,1717	1,2668	1,3686	1,4775	8	0,9235	0,8535	0,7894	0,7307	0,6768
9	1,0937	1,1951	1,3048	1,4233	1,5513	9	0,9143	0,8368	0,7664	0,7026	0,6446
10	1,1046	1,2190	1,3439	1,4802	1,6289	10	0,9053	0,8203	0,7441	0,6756	0,6139
11	1,1157	1,2434	1,3842	1,5395	1,7103	11	0,8963	0,8043	0,7224	0,6496	0,5847
12	1,1268	1,2682	1,4258	1,6010	1,7959	12	0,8874	0,7885	0,7014	0,6246	0,5568

Série de pagamentos iguais (anuidades ordinárias ou postecipadas)											
Fator de valor presente de uma anuidade ordinária						Fator de recuperação de capital					
$\frac{(1+i)^n - 1}{i(1+i)^n} = \sum_{t=1}^n \frac{1}{(1+i)^t}$						$\frac{i(1+i)^n}{(1+i)^n - 1} = \left(\sum_{t=1}^n \frac{1}{(1+i)^t} \right)^{-1}$					
n	Taxa de juros no período					n	Taxa de juros no período				
	1,00%	2,00%	3,00%	4,00%	5,00%		1,00%	2,00%	3,00%	4,00%	5,00%
1	0,9901	0,9804	0,9709	0,9615	0,9524	1	1,0100	1,0200	1,0300	1,0400	1,0500
2	1,9704	1,9416	1,9135	1,8861	1,8594	2	0,5075	0,5150	0,5226	0,5302	0,5378
3	2,9410	2,8839	2,8286	2,7751	2,7232	3	0,3400	0,3468	0,3535	0,3603	0,3672
4	3,9020	3,8077	3,7171	3,6299	3,5460	4	0,2563	0,2626	0,2690	0,2755	0,2820
5	4,8534	4,7135	4,5797	4,4518	4,3295	5	0,2060	0,2122	0,2184	0,2246	0,2310
6	5,7955	5,6014	5,4172	5,2421	5,0757	6	0,1725	0,1785	0,1846	0,1908	0,1970
7	6,7282	6,4720	6,2303	6,0021	5,7864	7	0,1486	0,1545	0,1605	0,1666	0,1728
8	7,6517	7,3255	7,0197	6,7327	6,4632	8	0,1307	0,1365	0,1425	0,1485	0,1547
9	8,5660	8,1622	7,7861	7,4353	7,1078	9	0,1167	0,1225	0,1284	0,1345	0,1407
10	9,4713	8,9826	8,5302	8,1109	7,7217	10	0,1056	0,1113	0,1172	0,1233	0,1295
11	10,3676	9,7868	9,2526	8,7605	8,3064	11	0,0965	0,1022	0,1081	0,1141	0,1204
12	11,2551	10,5753	9,9540	9,3851	8,8633	12	0,0888	0,0946	0,1005	0,1066	0,1128

29 - O rendimento de uma aplicação de R\$ 1.200,00, a taxa de juros simples de 3% ao mês, durante 6 meses, é

- (A) R\$ 1.432,92.
- (B) R\$ 1.416,00.
- (C) R\$ 232,92.
- (D) R\$ 221,52.
- (E) R\$ 216,00.

30 - Um bancário quer fazer uma aplicação financeira para acumular, após um ano, o montante de R\$ 20.000,00. Sabendo-se que a taxa utilizada é composta de 2% ao mês, o valor a ser aplicado é de

- (A) R\$ 1.892,00.
- (B) R\$ 15.770,00.
- (C) R\$ 16.129,03.
- (D) R\$ 19.129,03.
- (E) R\$ 25.364,00.

31 - Uma empresa desconta duplicatas num banco num total de R\$ 12.000,00, sessenta dias antes do vencimento. Sabendo-se que a operação é do tipo desconto bancário (simples ou comercial) e a taxa de desconto utilizada é 3% ao mês, o valor do desconto é

- (A) R\$ 679,25.
- (B) R\$ 688,80.
- (C) R\$ 720,00.
- (D) R\$ 6.271,20.
- (E) R\$ 21.600,00.

32 - Um comerciante deve resgatar sua dívida junto a um banco daqui cinco meses no valor de R\$ 7.000,00. Pretende prorrogar de cinco meses para daqui a quinze meses. Sabendo-se que o banco, caso concordar com o adiamento pleiteado, utilizará taxa de juros compostos de 4% ao mês, o valor a ser resgatado na nova data será de

- (A) R\$ 12.606,72.
- (B) R\$ 11.666,67.
- (C) R\$ 10.361,40.
- (D) R\$ 9.800,00.
- (E) R\$ 8.516,90.

33 - Um loja financia a compra de um eletrodoméstico no valor à vista de R\$ 1.300,00, em três prestações mensais iguais, sem entrada, isto é, a primeira das prestações com vencimento um mês após a compra. Sabendo-se que a taxa de juros utilizada é de 5% ao mês o valor da prestação é

- (A) R\$ 454,63.
- (B) R\$ 477,36.
- (C) R\$ 498,33.
- (D) R\$ 501,63.
- (E) R\$ 3.540,16.

34 - Uma empresa realiza um financiamento de R\$ 100.000,00, num banco de desenvolvimento pelo Sistema de Amortizações Constantes (SAC). Sabendo-se que o prazo é de dez anos e que os pagamentos serão anuais, sem carência, com juros de 5% ao ano, o valor a ser pago ao final do primeiro ano (primeira prestação) é

- (A) R\$ 15.000,00.
- (B) R\$ 13.520,00.
- (C) R\$ 12.040,00.
- (D) R\$ 5.000,00.
- (E) R\$ 0,00.

35 - Um determinado fundo de aplicações rende juros a uma taxa real e composta de 2% ao mês sobre o capital corrigido monetariamente pelo IGP-DI da Fundação Getúlio Vargas. Ao aplicar um valor de R\$ 23.000,00, durante quatro meses, período em que o IGP-DI apontou uma inflação acumulada de 13%, o saldo da aplicação, já considerados os acréscimos dos juros reais e da correção monetária, é

- (A) R\$ 27.069,00.
- (B) R\$ 27.885,20.
- (C) R\$ 28.069,20.
- (D) R\$ 28.131,58.
- (E) R\$ 40.590,97.

AUDITORIA GOVERNAMENTAL

36 - As Normas de Auditoria do Tribunal de Contas da União (NAT) têm por objetivo a obtenção de qualidade e a garantia de atuação suficiente e tecnicamente consistente, do auditor na condução dos trabalhos de auditoria. Sobre o assunto, assinale a afirmativa correta.

- (A) De acordo com as NAT do TCU, não é possível a utilização do trabalho de outros auditores, tipicamente os da auditoria interna de entidades governamentais ou de outras entidades de fiscalização e controle, tendo em vista a natureza constitucional de corte julgadora administrativa conferida ao TCU.
- (B) O desenvolvimento dos achados de auditoria deve contemplar, no mínimo, os seguintes aspectos: situação encontrada, critério de auditoria, causa, efeitos reais e potenciais, evidências e responsabilidade do auditado.
- (C) Em decorrência do poder judicante, o TCU tem jurisdição própria e privativa, em todo o território nacional, sobre as pessoas e matérias sujeitas à sua competência, abrangendo entre outras, aqueles que derem causa a perda, extravio ou outra irregularidade de que resulte dano ao Erário e os responsáveis por entidades dotadas de personalidade jurídica de direito privado que recebam contribuições parafiscais e prestem serviço de interesse público ou social.
- (D) O termo “auxílio” da expressão “o controle externo, a cargo do Congresso Nacional, será exercido com auxílio do Tribunal de Contas da União, disposto no art. 71 da CF/88, representa subordinação hierárquica do TCU em relação ao Congresso Nacional, à medida que este último ou suas comissões podem solicitar a realização de auditorias ou inspeções.
- (E) A independência como norma geral relativa à pessoa do auditor evidencia que os auditores devem evitar que interesses pessoais ou quaisquer situações afetem a sua objetividade, – tanto a real como a percebida – conservando sua independência em relação a quaisquer influências que possam afetar – ou parecer afetar – a sua capacidade de desempenhar suas responsabilidades profissionais com imparcialidade.

37 - “As normas de auditoria devem ser coerentes com os princípios básicos e constituem uma orientação ao auditor. Esta orientação ajudará o auditor a determinar a amplitude da sua atuação e os procedimentos que devem ser aplicados na auditoria. As normas de auditoria ou fiscalização constituem os critérios ou a medida com as quais avalia-se a qualidade dos resultados da auditoria”. (Normas de Auditoria da INTOSAI). Acerca das referidas normas é correto afirmar:

- (A) As normas de auditoria da INTOSAI dividem-se nas seguintes partes: princípios gerais, normas gerais, normas de trabalho de campo, normas relativas à pessoa do auditor e normas para a elaboração dos relatórios.
- (B) De acordo com as normas de auditoria da INTOSAI, qualquer indicação da existência de inconformidades, atos ilegais, fraudes ou erros que possam ter efeitos materiais sobre a auditoria em curso deveriam motivar, por parte do auditor, o prolongamento dos procedimentos com a finalidade de verificar ou dissipar esse tipo de suspeitas.
- (C) Nas normas de auditoria da INTOSAI, há referência de que o exame e a avaliação do controle interno do ente a ser auditado depende do juízo do auditor, dado que tal atividade já é realizada pelas Unidades de Controle Interno ligadas a cada Poder.
- (D) Uma das normas de auditoria INTOSAI, do grupo Normas Gerais de Auditoria Governamental, destaca a preocupação que a Entidade Fiscalizadora Superior (EFS) deve possuir quanto à contratação do seu pessoal, devendo esta ser realizada nas esferas da própria administração pública ou mediante contratação direta por parte da EFS.
- (E) As normas de auditoria da INTOSAI orientam que, para recolher as provas correspondentes, os auditores devem ter um profundo conhecimento das técnicas e procedimentos de inspeção, observação, investigação e confirmação, cálculo e revisão analítica. Assim, há orientação por parte da INTOSAI de que as provas devem ser adequadas, pertinentes e suficientes.

38 - Quanto às normas concernentes do Conselho Federal de Contabilidade - Resolução CFC NBC TA 200 - Objetivos Gerais do Auditor Independente e a Condução da Auditoria em Conformidade com Normas de Auditoria - é correto afirmar:

- (A) As evidências de auditoria são as informações utilizadas pelo auditor para fundamentar suas conclusões em que se baseia a sua opinião. Da prática profissional se deduz que se limitam às informações contidas nos registros contábeis das demonstrações contábeis apresentadas pelo órgão auditado.
- (B) A opinião expressa pelo auditor é se as demonstrações contábeis foram elaboradas em conformidade com a estrutura de relatório financeiro aplicável, não dependendo a forma da opinião do auditor da estrutura de relatório financeiro, em razão da padronização já existente destas opiniões ao término das auditorias.
- (C) A avaliação dos riscos é uma questão de julgamento profissional e de mensuração precisa por parte do auditor, não havendo preponderância de um atributo sobre o outro devido ao avanço das técnicas estatísticas.
- (D) O auditor não é obrigado e não pode reduzir o risco de auditoria a zero, e, portanto, não pode obter segurança absoluta de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante devido a fraude ou erro.
- (E) O risco de auditoria inclui o risco de que o auditor possa expressar uma opinião de que as demonstrações contábeis contêm distorção relevante quando esse não é o caso.

39 - De acordo com o Conselho Federal de Contabilidade (CFC), assinale a afirmativa correta em relação à auditoria interna.

- (A) A análise dos riscos da Auditoria Interna deve ser feita na fase de planejamento e execução dos trabalhos, estando os riscos relacionados à possibilidade de não se atingir, de forma satisfatória, o objetivo dos trabalhos.
- (B) O parecer é o documento pelo qual a Auditoria Interna apresenta o resultado dos seus trabalhos, devendo ser redigido com objetividade e imparcialidade, de forma a expressar, claramente, suas conclusões, recomendações e providências a serem tomadas pela administração da entidade.
- (C) Atualmente, o conhecimento detalhado da política e dos instrumentos de gestão e risco da entidade por parte do auditor depende mais propriamente da área a ser auditada, do que do planejamento em si da auditoria.
- (D) São considerados na aplicação dos testes de observância os seguintes procedimentos: inspeção, observação, investigação e confirmação, cálculo e revisão analítica.
- (E) A Auditoria Interna deve avaliar a necessidade de emissão de relatório parcial, na hipótese de constatar impropriedades que necessitem de providências imediatas da administração da entidade, e que não possam aguardar o final dos exames.

40 - É correto afirmar, em relação à auditoria operacional, que:

- (A) as dimensões de análise da auditoria operacional (eficiência, eficácia e economicidade) devem ser necessariamente analisadas em conjunto, para que se possa dizer que a auditoria foi adequadamente realizada.
- (B) nas auditorias operacionais, para que os seus resultados possam ter uma maior confiabilidade, é necessário que as conclusões assumam a forma de opinião concisa e de formato padronizado, não sendo recomendável a variação dos relatórios em termos de escopo e natureza.
- (C) no País, as auditorias operacionais somente podem ser realizadas pelos tribunais de contas, conforme se depreende da Constituição Federal de 1988, arts. 70 a 74. A importância desta modalidade de auditoria reside na definição de um objeto que ofereça oportunidade para a realização de auditoria que contribua para o aperfeiçoamento da administração pública e forneça à sociedade opinião independente sobre o desempenho da atividade pública.
- (D) não são considerados como exemplos de ferramentas de controle de qualidade a serem utilizados na auditoria operacional: painéis de referência, comentários dos gestores e cronogramas, instrumentos mais adequados à auditoria de programas.
- (E) na auditoria operacional, o principal instrumento de apoio à elaboração do relatório de auditoria é a matriz de achados. Daí a importância da discussão da matriz entre os integrantes da equipe, com os gestores e demais atores relevantes, antes de se iniciar a redação do texto.

41 – Como orienta o Conselho Federal de Contabilidade (CFC) acerca do processo de auditoria?

- (A) Asseguração razoável é a postura que inclui uma mente questionadora e alerta para condições que possam indicar possível distorção devido a erro ou fraude e uma avaliação crítica das evidências de auditoria.
- (B) A declaração de conformidade por parte do auditor em relação às normas brasileiras passou a ser exigência obrigatória a partir da edição da Resolução CFC 1.203/09 (NBC TA 200 - Objetivos Gerais do Auditor Independente e a Condução da Auditoria em Conformidade com Normas de Auditoria), sendo dispensável no caso de conflito entre esta e a norma internacional.
- (C) Quando existem conflitos entre a estrutura de relatório financeiro aplicável e as fontes em que orientação sobre sua aplicação pode ser obtida, ou entre as fontes que abrangem a estrutura de relatório financeiro, a fonte que deverá prevalecer seguirá a seguinte ordem: interpretação contábil do CFC, pontos de vista de autoridade reguladora e literatura contábil.
- (D) Ao conduzir a auditoria de demonstrações contábeis, entre os objetivos gerais do auditor, encontra-se a obtenção de segurança razoável de que as demonstrações contábeis como um todo estão livres de distorção, não devendo expressar opinião sob as demonstrações analisadas quando identificar ocorrência de fraude ou erro.
- (E) A ausência de informações também pode ser utilizada pelo auditor como evidência de auditoria.

42 – Em consonância com as orientações emanadas do Conselho Federal de Contabilidade (CFC) sobre a amostragem em auditoria, é correto afirmar que:

- (A) na amostragem não estatística ocorre seleção aleatória dos itens da amostra.
- (B) o tamanho da amostra é um critério válido para distinguir entre as abordagens estatísticas e não estatísticas.
- (C) se o auditor conclui que a amostragem de auditoria não forneceu uma base razoável para conclusões sobre a população que foi testada, o auditor pode solicitar que a administração investigue as distorções identificadas e o potencial para distorções adicionais e faça quaisquer ajustes necessários.
- (D) ocorre risco de auditoria, no caso de teste de controles, em que os controles são considerados mais eficazes do que realmente são ou no caso de teste de detalhes, em que não seja identificada distorção relevante, quando, na verdade, ela existe. Esse tipo de conclusão errônea afeta a eficiência da auditoria porque ela normalmente levaria a um trabalho adicional para estabelecer que as conclusões iniciais estavam incorretas.
- (E) a seleção ao acaso é aplicada por meio de geradores de números aleatórios como, por exemplo, tabelas de números aleatórios.

43 - A despeito do emprego de métodos qualitativos nas auditorias governamentais, não é correto afirmar que:

- (A) ao planejar o questionário deve-se considerar o tipo de análise que será realizado com os dados obtidos. O pesquisador deve estabelecer as possibilidades de medição de determinada variável, de maneira tal que possa realizar a análise estatística desejada.
- (B) para reduzir os riscos associados à escolha dos entrevistados, os critérios mais importantes a serem observados, são a representatividade, a credibilidade e a imparcialidade do entrevistado selecionado.
- (C) o que distingue a aplicação de um questionário de uma entrevista é que, ao aplicá-lo, mesmo pessoalmente, o pesquisador não tem possibilidade de ajustar, alterar ou adicionar novas perguntas durante o processo de aplicação.
- (D) a interação (entrevistado-entrevistador) é uma premissa para o sucesso da entrevista, que irá se refletir nas atividades desenvolvidas pela equipe e, por consequência, nas chances de sucesso da auditoria.
- (E) o questionário é elaborado logo no início do planejamento da auditoria, para orientar a equipe na caracterização do objeto de auditoria e na formulação do problema e das questões de auditoria.

44 – Escolha a alternativa cujas palavras completam correta e adequadamente as lacunas do período que segue.

De acordo com as Normas de Auditoria do TCU (NAT), a auditoria de regularidade é instrumento de fiscalização utilizado para examinar a _____ e a _____ dos atos de gestão dos responsáveis sujeitos a sua jurisdição, quanto ao aspecto contábil, financeiro, orçamentário e patrimonial:

- (A) economicidade, eficiência
- (B) legitimidade, eficácia
- (C) eficiência, legalidade
- (D) legalidade, legitimidade
- (E) eficácia, economicidade

45 - Em auditoria de licitações e contratos, quando o auditor depara, na execução do trabalho de auditoria, com situação distinta do que deveria ser encontrado, tem-se:

- (A) condição.
- (B) critério.
- (C) evidência.
- (D) achado.
- (E) causa.

46 - “O jogo de planilha em um contrato de obras é a ocorrência de alterações quantitativas na planilha contratual, por meio de acréscimos, decréscimos, supressões ou inclusões de serviços e materiais, que modificam o equilíbrio econômico-financeiro inicial, causando dano ao Erário sem justificativa adequada” (in Auditoria Governamental, TCU, 2011). Entre as técnicas de auditoria apresentadas abaixo, qual a que melhor se adapta à comprovação da situação descrita?

- (A) Observação.
- (B) Investigação.
- (C) Revisão analítica.
- (D) Confirmação.
- (E) Cálculo.

47 - A auditoria de programa, entre outros aspectos, visa a:

- (A) apurar em que medida as ações implementadas lograram produzir os efeitos pretendidos pela administração.
- (B) examinar as peças que instruem os processos de tomada ou prestação de contas, com vistas a avaliar a gestão dos gestores públicos.
- (C) identificar as áreas críticas e riscos potenciais, proporcionado as bases para sua eliminação ou redução.
- (D) assegurar a adequação, privacidade dos dados e informações oriundas dos sistemas eletrônicos de processamento de dados, observando as diretrizes estabelecidas e a legislação específica.
- (E) verificar se os registros contábeis foram efetuados de acordo com os princípios fundamentais de contabilidade e se as demonstrações deles originárias refletem, adequadamente, em seus aspectos mais relevantes, a situação econômico-financeira do patrimônio, os resultados do período administrativo examinado e as demais situações nelas demonstradas.

48 - Acerca das orientações do Conselho Federal de Contabilidade sobre auditoria em demonstrações contábeis, assinale a afirmativa correta.

- (A) O produto do trabalho do auditor em relação às demonstrações contábeis denomina-se parecer, o qual é elaborado para cada demonstração contábil analisada, não sendo permitida a emissão de opinião para outros assuntos além do exame dos demonstrativos analisados.
- (B) A auditoria em demonstrações contábeis parte do pressuposto de que não pode haver diferença entre as responsabilidades da administração e a dos responsáveis pela governança em relação aos relatórios financeiros emitidos pela companhia.
- (C) A elaboração das demonstrações contábeis exige que a administração exerça julgamento ao fazer estimativas contábeis que sejam razoáveis nas circunstâncias, assim como ao selecionar e ao aplicar políticas contábeis apropriadas.
- (D) A aceitação do trabalho de auditoria não depende de que o auditor obtenha a concordância da administração e, quando apropriado, dos responsáveis pela governança de que eles têm responsabilidade, por exemplo, pela elaboração das demonstrações contábeis apresentadas para fins de exame.
- (E) Quanto às responsabilidades da administração em relação a exame das demonstrações contábeis de entidade pública por parte do auditor público, o Conselho Federal de Contabilidade optou por emitir norma específica, na qual são tratados procedimentos de responsabilidades adicionais da administração acerca dos demonstrativos analisados, dado que não vê nenhuma incompatibilidade entre a atribuição dos órgãos reguladores e a orientação por ele (conselho) emanada.

CONTABILIDADE PÚBLICA

49 - Em maio de 2011, o Chefe do Poder Executivo do Município de Azulão da Serra determinou que o responsável pela Contabilidade procedesse ao cálculo para apurar se havia recursos financeiros disponíveis para serem apontados para abertura de créditos adicionais, suplementares e/ou especiais. Nos termos da Lei Federal nº 4320/64, com os dados a seguir, extraídos do balanço patrimonial, referente ao encerramento ocorrido em 31 de dezembro de 2010, proceda ao exame para informar se ocorreu Superávit Financeiro e qual seu valor total a ser indicado para a abertura dos mencionados créditos adicionais.

Situação Patrimonial apresentada em 31 de dezembro de 2010:

C O N T A S	Saldo Final R\$ 31-12-2010
Caixa - Livre Movimentação	5.000,00
Bancos - Livre Movimentação	245.000,00
Diversos Responsáveis	40.500,00
Devedores Diversos	25.500,00
Bens Móveis	100.000,00
Bens Imóveis	250.000,00
Empréstimo a realizar vinculado a crédito especial aberto	100.000,00
Serviço da Dívida a Pagar	22.500,00
Débitos de Tesouraria	33.500,00
Depósitos de Terceiros	12.500,00
Restos a Pagar	35.500,00
Créditos especiais transferidos do exercício anterior	150.000,00
Saldo a aplicar do empréstimo BID – recebido	80.500,00

Após proceder aos cálculos pertinentes, pode-se concluir pela

- (A) existência de Superávit Financeiro de R\$ 75.000,00.
- (B) existência de Superávit Financeiro de R\$ 81.500,00.
- (C) existência de Déficit Financeiro de R\$ 81.500,00.
- (D) existência de Superávit Financeiro de R\$ 80.500,00.
- (E) existência de Déficit Financeiro de R\$ 33.500,00.

50 - Na estrutura do Balanço Financeiro, nos termos da Lei Federal nº 4320/64, é demonstrada a receita e a despesa orçamentária, bem como os recebimentos e os pagamentos de natureza extraorçamentária, conjugados com os saldos em espécie provenientes do exercício anterior e os que se transferem para o exercício seguinte. Com base nesse conceito, escolha a opção correta.

- (A) Os Restos a Pagar do exercício serão computados na receita extraorçamentária, para compensar sua inclusão na despesa orçamentária.
- (B) Os Restos a Pagar do exercício serão computados na receita orçamentária, para compensar sua inclusão na despesa orçamentária.
- (C) Os Restos a Pagar do exercício serão computados na receita extraorçamentária, para compensar sua inclusão na despesa orçamentária do exercício anterior.
- (D) Os Restos a Pagar do exercício serão computados na despesa extraorçamentária, para compensar sua inclusão na receita extra-orçamentária.
- (E) Os Restos a Pagar do exercício serão computados na receita extraorçamentária, para compensar sua inclusão na despesa extra-orçamentária.

Complete as lacunas com base na estrutura do Balanço Orçamentário, e a seguir, responda às questões nº 51, 52, 53 e 54, observados os ditames da Lei Federal nº 4320/64.

R E C E I T A S		R\$	
TÍTULOS	PREVISÃO	EXECUÇÃO	DIFERENÇA
RECEITAS CORRENTES	824.850,00	M	86.810,00
RECEITAS DE CAPITAL	975.150,00	885.285,00	N
SOMA	1.800.000,00	P	Q
DÉFICIT	R		T
TOTAL	S	1.796.945,00	G
D E S P E S A S		R\$	
TÍTULOS	FIXAÇÃO	EXECUÇÃO	DIREREÇA
Créditos Orçamentários e Suplementares	1.545.250,00	1.538.400,00	Z
Créditos Especiais	285.000,00	250.000,00	H
SOMA	1.830.250,00	1.788.400,00	J
SUPERÁVIT		V	L
TOTAL	1.830.250,00	X	- 33.305,00

51- Comparando-se o total das receitas previstas com o total que foi arrecadado, escolha a opção que indica se houve arrecadação a maior ou a menor e qual o seu respectivo valor.

- (A) Ocorreu excesso de arrecadação no valor de R\$ 6.850,00.
- (B) Ocorreu arrecadação total a menor no valor de R\$ 9.865,00.
- (C) Não houve excesso nem redução de arrecadação, e o valor apurado foi zero.
- (D) Ocorreu arrecadação total a menor no valor de R\$ 3.055,00.
- (E) Ocorreu excesso de arrecadação total no valor de R\$ 8.545,00.

52 - Comparando-se o saldo total das despesas autorizadas, com o saldo total das despesas empenhadas, evidencia-se que houve uma economia de dotações orçamentárias no valor total de:

- (A) R\$ 45.250,00.
- (B) R\$ 6.850,00.
- (C) R\$ 35.000,00.
- (D) R\$ 33.305,00.
- (E) R\$ 41.850,00.

53 - Escolha a resposta que registra o Saldo Total da Despesa Empenhada no exercício.

- (A) R\$ 1.796.945,00.
- (B) R\$ 1.830.250,00.
- (C) R\$ 1.788.400,00.
- (D) R\$ 1.545.250,00.
- (E) R\$ 1.538.400,00.

54 - Confrontando-se o Saldo Total da Despesa Executada com o Saldo Total da Receita Realizada, apura-se

- (A) um Superávit Financeiro de R\$ 45.250,00.
- (B) um Déficit Financeiro de R\$ 6.850,00.
- (C) um Superávit de Execução de R\$ 30.250,00.
- (D) um Déficit de Execução de R\$ 41.850,00.
- (E) Nenhuma das repostas anteriores.

Com base nos dados a seguir informados, marque a resposta correta, respectivamente, para as questões nº 55, 56 e 57.

A Prefeitura de Serra Verde, no exercício de 2010, realizou as seguintes operações financeiras com o Banco Mondialato:

- a- Empréstimo por conta da Antecipação da Receita Orçamentária do Exercício, contraído em fevereiro 2010, no valor de R\$ 500.000,00 e pago integralmente em novembro de 2010, inclusive os respectivos juros e encargos do período no valor de R\$ 50.000,00.
- b- Empréstimo realizado em março de 2010, para a execução de obras e outros investimentos previstos no Plano Plurianual, sendo a amortização em longo prazo, iniciando-se a amortização em junho de 2010. O valor recebido da operação foi de R\$ 100.000.000,00 em março de 2010. Os juros e encargos dessa operação, para o exercício de 2010, foram de R\$ 155.000,00.

55 – A contabilização do ingresso financeiro da importância correspondente à operação de Débito de Tesouraria citada na letra “a”, na Contabilidade dessa Prefeitura, deverá ser como

- (A) Receita Extraorçamentária.
- (B) Receita Orçamentária.
- (C) Receita Corrente.
- (D) Receita de Capital.
- (E) Despesa Corrente.

56 - A contabilização dos juros e encargos incidentes sobre a correspondente operação de Débito de Tesouraria citada na letra “a”, na Contabilidade dessa Prefeitura, será como

- (A) Despesa de Capital.
- (B) Despesa Corrente.
- (C) Despesa Extraorçamentária.
- (D) Despesa Orçamentária Não Efetiva.
- (E) Os juros como Despesa Corrente, e os encargos como Despesa de Capital.

57 - Quanto ao ingresso financeiro na Contabilidade da Prefeitura Pontão da Serra da importância correspondente à operação de longo prazo realizada no exercício de 2010 (letra “b”), e dos juros e encargos decorrentes, serão contabilizados como

- (A) Receita extraorçamentária e despesa orçamentária.
- (B) Receita orçamentária corrente e despesa corrente.
- (C) Receita de capital e despesa de capital.
- (D) Receita de capital e despesa corrente.
- (E) Receita de capital e despesa extraorçamentária.

Com base no enunciado a seguir e de acordo com o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público Parte II – Procedimentos Contábeis Patrimoniais Aplicados à União, Estados, Distrito Federal e Municípios, válido para o exercício de 2011, responda às questões nº 58 e 61.

58 - Para atender a qual princípio contábil aplicado à Contabilidade Pública, a contabilidade não pode se restringir ao registro dos fatos decorrentes da execução orçamentária, devendo registrar tempestivamente todos os fatos que promovam alteração no patrimônio?

- (A) Princípio da Continuidade.
- (B) Princípio do Registro pelo Valor Nominal.
- (C) Princípio da Oportunidade.
- (D) Princípio da Competência.
- (E) Princípio da Prudência.

59 - As variações patrimoniais são transações que resultam em alterações nos elementos patrimoniais da entidade do setor público, mesmo em caráter compensatório, afetando ou não, o seu resultado.

O lançamento contábil da receita orçamentária decorrente da cobrança de IPTU, pela Prefeitura de Pinheiro da Serra, tendo ocorrido o necessário registro da competência no corrente exercício do município, sob o enfoque patrimonial resultará em

- (A) Variação Quantitativa Diminutiva.
- (B) Variação Qualitativa Negativa.
- (C) Variação Quantitativa Redutiva.
- (D) Variação Qualitativa Aumentativa.
- (E) Nenhuma das respostas anteriores.

60 - Em janeiro de 2011, a Prefeitura de Monte Azul tomou um empréstimo em dólares no Banco Financeiro Monobloco, a ser amortizado em longo prazo, para a realização de obras de infraestrutura. No primeiro semestre de 2011, ocorreu variação cambial positiva, em favor da tomadora do empréstimo. O registro do reconhecimento dessa variação na contabilidade da citada prefeitura deverá ser procedido da seguinte maneira:

- (A) Débito: Receita a Realizar.
Crédito: Receita Realizada.
- (B) Débito: Empréstimos e Financiamentos Concedidos.
Crédito: Variação Patrimonial Diminutiva.
- (C) Débito: Caixa ou Equivalente.
Crédito: Empréstimos Recebidos.
- (D) Débito: Empréstimos e Financiamentos Recebidos.
Crédito: Variação Patrimonial Aumentativa.
- (E) Débito: Caixa ou Equivalente.
Crédito: Empréstimos Recebidos.

61- O Município de Rio Azul da Montanha, para cumprimento de disposições constitucionais, deverá efetuar, mensalmente, o repasse financeiro de cada parcela do duodécimo de 2011, a que o Poder Legislativo Municipal tem direito, para a sua manutenção. Ressalte-se que a Lei de Meios desse exercício consigna dotação orçamentária própria para o Poder Legislativo Municipal. O registro dessa operação, pela Contabilidade do citado município deverá ser efetuada da seguinte maneira:

- (A) Débito: Despesa Realizada.
Crédito: Caixa ou equivalente.
- (B) Débito: Despesa Empenhada.
Crédito: Dotações Disponíveis.
- (C) Débito: Variação Independente da Execução Orçamentária.
Crédito: Caixa ou equivalente.
- (D) Débito: Variação Resultante da Execução Orçamentária.
Crédito: Variação Independente da Execução Orçamentária.
- (E) Débito: Variação Resultante da Execução Orçamentária.
Crédito: Caixa ou equivalente.

62 - A NBC T 16.5 – Registros Contábeis estabelece critérios para o registro contábil dos atos e fatos que afetam ou possam vir a afetar o patrimônio público. Assim, logo se conclui que:

- I** - Evento é o lançamento ou conjunto de lançamentos dos atos e fatos que afetam ou que possam vir a afetar o patrimônio público para efeito de registros contábeis em forma eletrônica.
- II** - A escrituração deve ser executada em idioma e moeda corrente nacionais, em livros ou meios magnéticos que permitam a identificação e o seu arquivamento de forma segura e responsável.
- III** - O Diário e o Razão constituem fontes de informações contábeis permanentes e neles devem estar registrados os fatos e atos da gestão pública, objeto da contabilidade.
- IV** - Os registros contábeis devem ser efetuados de forma analítica, refletindo a discriminação constante em documento hábil, em consonância com os Princípios Fundamentais de Contabilidade.
- V** - Os registros realizados extemporaneamente não devem consignar, nos seus históricos, as datas efetivas das ocorrências e a razão do atraso.

Com base no texto da citada norma, assinale alternativa correta.

- (A) Apenas I e II são corretas.
- (B) Apenas I, II, III e IV são corretas.
- (C) Apenas III e IV são corretas.
- (D) Apenas a V é correta.
- (E) As afirmativas I, II, III, IV e V são corretas.

63 - Nos termos da Lei Federal nº 4320/64, consideram-se para a determinação do resultado financeiro do exercício:

- (A) receitas nele arrecadadas e despesas nele legalmente empenhadas.
- (B) receitas nele a arrecadar e despesas nele processadas.
- (C) receitas nele arrecadadas e a arrecadar e despesa empenhadas.
- (D) receitas nele arrecadadas e despesas nele pagas.
- (E) receitas nele arrecadadas e despesas nele autorizadas.

CONTROLE DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

64 - Acerca do controle na Administração Pública brasileira, é correto dizer que

- (A) é exercido exclusivamente pelo Poder Legislativo.
- (B) não pode ser exercido pelo Poder Executivo.
- (C) pode ser exercido pelo Poder Judiciário, inclusive de ofício quanto a atos dos demais poderes.
- (D) é exercido concorrentemente pelo Tribunal de Contas e pelo Ministério Público, exceto de ofício.
- (E) o cidadão dispõe de instrumentos para exercê-lo.

65 - O sistema de controle externo caracterizado por órgão singular, típico dos países anglo-saxônicos, é o de:

- (A) Tribunal de Contas.
- (B) Auditoria ou Controladoria-Geral.
- (C) *Ombudsman*.
- (D) Tribunal Judicial.
- (E) Conselho de Contas.

66 - Acerca da relação entre controle interno e externo na Constituição Federal, é correto dizer que

- (A) há subordinação dos agentes do controle interno ao Órgão de Controle Externo.
- (B) há subordinação dos agentes do controle externo ao Órgão de Controle Interno.
- (C) há responsabilidade subsidiária do agente do controle interno omissa no dever de comunicar ao Tribunal de Contas irregularidade de que tenha ciência.
- (D) há responsabilidade solidária do agente do controle externo omissa no dever de comunicar ao controle interno irregularidade de que tenha ciência.
- (E) cabe ao sistema de controle interno apoiar o controle externo no exercício de sua missão institucional.

67 - Acerca da fiscalização contábil, financeira e orçamentária no Brasil, é correto dizer que

- (A) contempla a renúncia de receitas.
- (B) não contempla a aplicação das subvenções.
- (C) é exercida apenas mediante controle externo.
- (D) incide apenas sobre as entidades da administração direta.
- (E) o Tribunal de Contas a exerce apenas por provocação do Poder Legislativo.

68 - Acerca do Tribunal de Contas, por sua natureza jurídica, é correto dizer que

- (A) constitui poder independente.
- (B) é órgão autônomo constitucional.
- (C) equipara-se às autarquias, integrando o Poder Executivo.
- (D) exerce jurisdição em sentido estrito, integrando o Poder Judiciário.
- (E) equipara-se às fundações, tendo como curadores os partidos políticos.

69 - Acerca do Tribunal de Contas, por suas funções constitucionais, é correto dizer que

- (A) aprecia, para fins de registro, quaisquer admissões e inativações de servidores públicos.
- (B) julga as contas de Chefe de Poder Executivo.
- (C) elabora parecer prévio sobre as contas de Chefe de Poder Legislativo.
- (D) assina prazo para adoção de providências em caso de ilegalidade.
- (E) susta imediatamente contrato ilegal, sem comunicação ao Poder Legislativo.

70 - Acerca da eficácia da decisão do Tribunal de Contas que impute débito ou multa, é correto dizer que

- (A) é condicionada à homologação judicial.
- (B) é condicionada à homologação legislativa.
- (C) é constitutiva de título executivo.
- (D) é constitutiva de sentença judicial.
- (E) é nula, por não fazer coisa julgada.

71 - Acerca do Parecer Prévio elaborado pelo Tribunal de Contas, é correto dizer que

- (A) não pode ser contrariado pela Assembleia Legislativa.
- (B) pode ser contrariado pela Assembleia Legislativa, desde que por decisão de dois terços de seus membros.
- (C) não pode ser contrariado por Câmara de Vereadores.
- (D) pode ser contrariado por Câmara de Vereadores, desde que por decisão de dois terços de seus membros.
- (E) pode ser contrariado por Câmara de Vereadores, desde que por decisão de três quintos de seus membros.

72 - Acerca da composição do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso, é correto dizer que

- (A) é integrado por sete conselheiros, sendo quatro indicados pela Assembleia Legislativa e três pelo Governador do Estado.
- (B) é integrado por sete conselheiros, sendo quatro indicados pelo Governador do Estado e três pela Assembleia Legislativa.
- (C) somente uma das indicações do Governador é de sua livre escolha, pois as outras são reservadas a agentes do controle interno e à representação da Ordem dos Advogados do Brasil.
- (D) somente uma das indicações da Assembleia é de livre escolha dos Deputados estaduais, pois as outras são reservadas a agentes do controle interno e à representação da Ordem dos Advogados do Brasil.
- (E) todas as indicações são de livre escolha dos Deputados estaduais e do Governador do Estado, conforme a vaga.

73 - Acerca do controle social, na forma da lei, é correto dizer que:

- (A) o cidadão é parte legítima para denunciar irregularidades ao Tribunal de Contas, desde que represente associação.
- (B) o cidadão é parte legítima para denunciar irregularidades ao Tribunal de Contas, desde que integre sindicato.
- (C) o cidadão é parte legítima para denunciar irregularidades ao Tribunal de Contas, desde que seja filiado a partido político.
- (D) somente associações, sindicatos ou partidos políticos podem denunciar irregularidades ao Tribunal de Contas.
- (E) qualquer cidadão é parte legítima para denunciar irregularidades ao Tribunal de Contas.

74 - O órgão superior de controle interno do Poder Executivo do Estado de Mato Grosso é:

- (A) a Auditoria-Geral do Estado.
- (B) a Procuradoria-Geral do Estado.
- (C) a Secretaria de Estado da Fazenda.
- (D) a Procuradoria-Geral de Justiça.
- (E) o Tribunal de Contas do Estado.

75 - Acerca do Ministério Público de Contas do Estado de Mato Grosso, é correto dizer que

- (A) é subordinado ao Ministério Público do Estado.
- (B) é subordinado ao Tribunal de Contas do Estado.
- (C) tem como princípio institucional a autonomia administrativa.
- (D) seus integrantes ocupam exclusivamente cargos comissionados.
- (E) não é instituição permanente.